

## ANFIP lança publicação sobre trabalho parlamentar nas redes sociais

Em tempos em que as novas tecnologias dominam as relações sociais e, somado à pandemia, há restrição de circulação no Congresso Nacional, a ANFIP se alinha à nova realidade e intensifica sua atuação parlamentar nas plataformas digitais. É desta forma que consegue alcançar deputados e deputadas que, cada dia mais, utilizam as redes como extensão do trabalho legislativo, prestando contas, expondo opiniões e, principalmente, ouvindo o eleitorado.

Para auxiliar neste novo cenário, a ANFIP lança na próxima **quarta-feira (21/7)**, às **15 horas**, em **webinário** no YouTube, o “Manual digital de trabalho parlamentar” e o “Guia do trabalho parlamentar nas redes sociais”. A Comissão de Interesse de Classe, criada para gerir soluções que atendam às atuais demandas dos associados, fará a apresentação do conteúdo aos integrantes dos conselhos Executivo, de Representantes e Fiscal, com transmissão aberta aos associados.

A ANFIP ressalta que este processo de participação popular nas plataformas digitais é imprescindível para mostrar aos parlamentares o que é essencial ou não em seu trabalho no Legislativo. A atuação



[WEBINÁRIO]  
Lançamento  
**Manual digital de trabalho parlamentar**  
**Guia do trabalho parlamentar nas redes sociais**

**21/07**  
às 15h

Transmissão pelo  
**YouTube**  
Exclusiva para associados

nas redes, apesar de ser ampla e atender a vários temas de interesse, se iniciará com a **PEC 32/20, da Reforma Administrativa**.

A proposta está na Comissão Especial da Câmara dos Deputados e representa um grande retrocesso para a administração pública e, conseqüentemente, para toda sociedade, afetando não somente os futuros

servidores como os atuais. Este alerta precisa ser feito aos parlamentares ininterruptamente durante a tramitação do texto. Com as portas do Congresso Nacional fechadas, é preciso utilizar as ferramentas disponíveis para concretizar as relações com os legisladores.

Contamos com todos vocês nesta nova frente de atuação!

## Página restrita entra no ar na segunda-feira (19)

Devido a problemas técnicos, a página de acesso restrito aos associados, que entraria no ar na sexta-feira (16/7), conforme anunciado pela ANFIP em seus meios de comunicação, será disponibilizada na segunda-feira (19/7).

A nova página é mais um avanço nos serviços oferecidos e

será um espaço com informações exclusivas para os associados. Com um design mais intuitivo e simples, compatível com todos os dispositivos digitais, a página facilitará o acesso a documentos e atualizações de todos os setores da Entidade.

Aguarde e confira as novidades!

**ANFIP garante inscrição de precatórios dos 28,86%**  
**PÁGINAS 2**

**Entidades reforçam atuação contra Reforma Administrativa**  
**PÁGINA 3**

**Live debate impacto da Reforma da Previdência**  
**PÁGINA 9**

## VITÓRIA nos 28,86%: ANFIP garante inscrição de precatórios

A ANFIP, em defesa incessante de seus associados, assegurou mais uma conquista! A Associação obteve êxito na Justiça Federal e garantiu a inscrição em precatório de 20 execuções dos 28,86%, para recebimento em 2022. Ao todo, 283 exequentes serão beneficiados com o pagamento assegurado pela 5ª Vara Federal do Distrito Federal.

Importante ressaltar que os anos em que a ANFIP lutou no processo para garantir o pagamento pertinente aos associados, com inclusão da GEFA na base de cálculo do reajuste de 28,86%, foram recompensados com precatórios de valores expressivos.

Os nomes das partes contempladas estão divulgados na área restrita do site da ANFIP (clique [AQUI](#)). Estes exequentes podem entrar em contato com o Setor Jurídico da ANFIP para saber o valor de sua requisição de pagamento através do e-mail [juridico@anfip.org.br](mailto:juridico@anfip.org.br) ou WhatsApp: (61) 98176-9051.

Além disso, a ANFIP encaminhará aos beneficiários correspondência contendo informações e detalhes referentes ao depósito do crédito e uma via do requisitório de pagamento.

Ao longo destes anos, a ANFIP suportou os custos do processo para todos os exequentes, lembrando que, conforme previsão estatutária, aqueles que se desfiliam terão majorados os honorários de êxito.

Em relação aos demais grupos não beneficiados neste momento, a Entidade assegura que permanecerá lutando para propiciar a todos o recebimento da importância que lhes é devida e justa, lembrando que a ANFIP está em tratativas para formalizar acordo junto à Advocacia Geral da União (AGU), o que pode proporcionar a inscrição das execuções remanescentes até 1º de julho de 2022.

## TCU analisa recurso de reexame sobre Bônus de Eficiência

Entrou na pauta do pleno do Tribunal de Contas da União de quarta-feira (14/7) o recurso de reexame do processo TC nº 05.283/2019-1, que trata do pagamento do Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira.

O relator, ministro Vital do Rêgo, deu provimento parcial ao recurso da União para alterar o item 9.3 para dar ciência ao Ministério da Economia e à Casa Civil de que a regulamentação

de matéria de reserva de lei por ato infralegal está em desacordo com o princípio constitucional da estrita reserva legal. O relator rejeitou as razões recursais dos itens 9.4, 9.5, 9.6, 9.9 e 9.13 do acórdão 1921/2019 do pedido de reexame.

A ANFIP aguarda que o andamento do processo e a manifestação de todos os demais ministros. A transmissão da audiência pode ser conferida [AQUI](#).

## Suspensos processos que discutem saques indevidos e outras falhas em contas do Pasep

O ministro Paulo de Tarso Sanseverino, presidente da Comissão Gestora de Precedentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ), determinou a suspensão nacional da tramitação de todos os processos individuais ou coletivos – inclusive nos juizados especiais – que tenham relação com Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) admitidos pelos Tribunais de Justiça do Distrito Federal, do Tocantins, da Paraíba e do Piauí para decidir:

1) Se há legitimidade passiva do Banco do Brasil para figurar em demanda na qual se discute eventual falha na prestação do serviço quanto a conta vinculada ao Pasep, saques indevidos e desfalques.

2) Se a pretensão ao ressarcimento dos danos havidos em razão dos desfalques em conta individual vinculada ao Pasep se submete ao prazo prescricional de dez anos, previsto pelo artigo 205 do Código Civil, ou ao prazo de cinco anos, estipulado pelo artigo 1º do Decreto 20.910/1932.

3) Se o termo inicial para a contagem do prazo prescricional é o dia em que o titular toma ciência dos desfalques ou a data do último depósito efetuado na conta individual vinculada ao Pasep.

A ordem de suspensão, salvo decisão expressa do STJ ou do Supremo Tribunal Federal, é válida até o trânsito em julgado das decisões nos quatro IRDRs, sendo que o trânsito poderá ocorrer nos tribunais superiores, a depender da interposição de recursos.

A suspensão não impede o ajuizamento de novas ações, que deverão ter tramitação normal até a fase de conclusão para a sentença, quando serão suspensas. Sendo assim, o escritório Farag, Ferreira & Vieira Advogadas e Advogados permanecerá requerendo por meio de ação judicial o recebimento da diferença de atualização monetária dos valores.

Podem ingressar apenas os Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil que realizaram o saque do Pasep nos últimos cinco anos. Para realizar adesão às ações basta entrar no site [www.anfipjuridico.com.br](http://www.anfipjuridico.com.br) e visualizar cada ação e os documentos necessários.

Os associados que já enviaram a documentação para o processo estão sendo informados via e-mail sobre o protocolo das ações, especialmente para tomarem conhecimento do cálculo apurado e ciência sobre eventual sucumbência em caso de improcedência quando, não optarem pelo juizado especial.

### EXPEDIENTE LINHA DIRETA

**Linha Direta** é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.  
SEDE: SBN Qd. 01 BL. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907  
Telefone: (61) 3251 8100  
Whatsapp: (61) 98289 5150

**Linha Direta** é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: [comunicacao@anfip.org.br](mailto:comunicacao@anfip.org.br)

DIRETOR RESPONSÁVEL  
Benedito Cerqueira Seba

EDITORA  
Ludmila Machado

REPORTAGEM  
Daiana Lima, Ludmila Machado e  
Thayná Cavalcante.

ESTAGIÁRIA  
Marina Rodrigues

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA  
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino

CONSELHO EDITORIAL  
Décio Bruno Lopes  
Eucélia Maria Agrizzi Mergár  
Crésio Pereira de Freitas  
José Arinaldo Gonçalves Ferreira  
Benedito Cerqueira Seba  
Cesar Roxo Machado



[www.instagram.com/anfipnacional](https://www.instagram.com/anfipnacional)

[www.facebook.com/anfip.nacional](https://www.facebook.com/anfip.nacional)

[www.twitter.com/anfipnacional](https://www.twitter.com/anfipnacional)

[www.youtube.com/anfipoficial](https://www.youtube.com/anfipoficial)

## Fonacate realiza assembleia para avaliar cenário político

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, participaram da assembleia geral extraordinária do Fonacate, realizada na terça-feira (13/7), para avaliar o cenário político atual e deliberar as próximas ações do Fórum.

O principal ponto analisado foi a PEC 32/20, que trata da Reforma Administrativa. O consultor político Jorge Ramos Mizael informou sobre o calendário de tramitação do texto e das audiências públicas que serão realizadas até 19 de agosto pela Comissão Especial, que analisa o mérito da proposta. Mizael também apresentou o resumo das emendas apresentadas à PEC e como cada uma impacta no serviço público.

A partir disso, as entidades que integram o Fonacate vão intensificar o diálogo com os parlamentares, nos mais diversos canais de comunicação, a fim de ter apoio às emendas que são favoráveis aos servidores públicos e rejeitar as que trazem prejuízos ao funcionalismo.



Também na reunião, que contou com a participação do deputado Professor Israel Batista (PV/DF), presidente da Frente Servir Brasil, foram abordados outros assuntos, como Reforma Tributária; nova tabela do imposto de renda; recomposição salarial 2022; seminário sobre Gestão de Desempenho no Setor Público; e PL 6726/2016 (regulamentação do Extrateto).

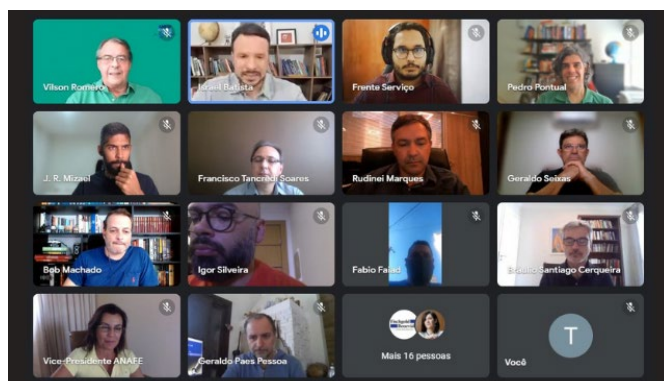
## Servir Brasil analisa como impedir avanço da PEC 32/20

A Mesa Diretora e o Conselho Curador da Frente Servir Brasil, da qual a ANFIP faz parte, se reuniram na segunda-feira (12/7) para discutir novas ações contra a PEC 32/2020 no âmbito da Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Participou da reunião o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

Também estiveram presentes o presidente da Frente, deputado Professor Israel Batista (PV/DF), e o coordenador, deputado Paulo Teixeira (PT/SP).

Na oportunidade, os representantes comemoraram a protocolização da Emenda Substitutiva Global apresentada pela Frente e discutiram novas estratégias que serão adotadas a partir de agora para garantir que o relator do texto, deputado Arthur Oliveira Maia (DEM/BA), adote as sugestões. O substitutivo é importante para impedir que garantias fundamentais do serviço público sejam perdidas.

Israel Batista afirmou que, em sua percepção, a Reforma Administrativa pode estar perdendo força, pois o governo tem dificuldade de manter muitas pautas ao mesmo tempo. Porém, independente do governo, existe um grupo de parlamentares que tem interesse em levar a Reforma adiante. Segundo o deputado, as entidades têm grande chance de barrar a PEC definitivamente, mas é importante trabalhar com uma segunda



hipótese, de desidratação do texto, para que, caso seja aprovada, cause o mínimo de dano possível.

Vilson Romero alertou que é necessário ir além da teoria do que deve ser abordado pela PEC e fazer o fundamental para o momento: mapear os deputados da Comissão Especial e pressioná-los, massificando a mensagem dos prejuízos trazidos pela matéria nos estados e municípios onde estão suas bases eleitorais.

A assessoria parlamentar da Frente irá realizar uma avaliação das demais emendas protocoladas por outras Frentes e partidos para que o grupo defina quais irão apoiar prioritariamente.

## Comissão dá continuidade à produção do Manual de Governança

A Comissão de Governança da ANFIP reuniu-se na quinta-feira (15/7) com os especialistas em consultoria organizacional Mardonio Sarmento e Margarida Flora, que apresentaram as atualizações da produção do Manual de Governança Corporativa.

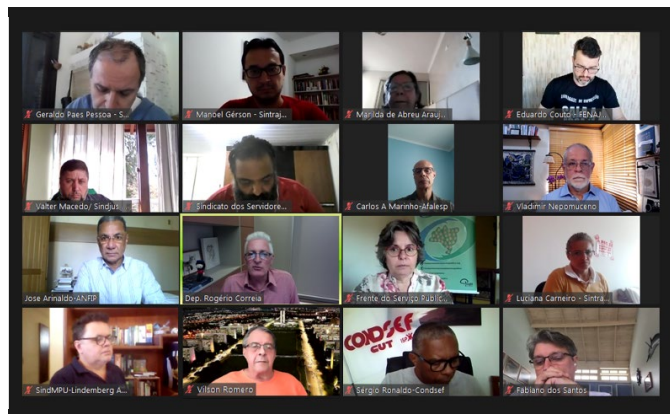
Na oportunidade, os participantes apontaram sugestões para aprimorar o documento. Nesta etapa, são analisadas possibilidades de aperfeiçoamento da prestação de serviços da ANFIP por meio de organização interna e processos administrativos modernos.

O objetivo da criação do Manual é aperfeiçoar a arquitetura

organizacional e garantir, a esta e às próximas gestões da Entidade, maior segurança aos atos de governança, fortalecendo a Associação.

Participaram da reunião, pelo Conselho Executivo, o presidente Décio Bruno Lopes, e os vice-presidentes João Alves Moreira (Administração, Patrimônio, Cadastro e Tecnologia da Informação), a quem cabe a coordenação, Márcio Humberto Gheller (Executivo), supervisor dos trabalhos, e Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais). Pelo Conselho de Representantes, esteve presente Carlos José de Castro (GO).

## Frente do Serviço Público vai atuar mesmo durante recesso Legislativo



A Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, formada por parlamentares e entidades da sociedade civil, dentre elas a ANFIP, realizou mais uma reunião de trabalho na segunda-

feira (12/7), a fim de definir estratégias de mobilização contra a PEC 32/2020, da Reforma Administrativa. Pela ANFIP, participou o vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arnaldo Gonçalves Ferreira, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

Na reunião, que contou com a participação dos deputados Paulo Ramos (PDT/RJ) e Rogério Correia (PT/MG), discutiu-se o início das campanhas midiáticas nas ruas, com divulgação de outdoors nos estados, que deve começar ainda nesta semana.

Também foram analisados os trabalhos das entidades representativas junto aos parlamentares durante o recesso Legislativo, que ocorre de 18 a 31 de julho. Nesse período, a tramitação da PEC 32/20 é suspensa. Porém, as entidades vão buscar dialogar e pedir o apoio dos parlamentares para que, no retorno das atividades legislativas, quando a matéria for à votação, seja possível impedir os retrocessos da reforma.

## ANFIP debate PEC 32/2020 com professores da UFRGS



“Há necessidade da mobilização do conjunto dos servidores públicos e orientação à sociedade sobre os impactos da Reforma Administrativa no atendimento do Estado aos cidadãos de todo do Brasil”. Essa foi a principal mensagem do assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, durante palestra on-line ministrada aos professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na terça-feira (14/7), em evento da entidade representativa da categoria, o Sindicato

dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior de Porto Alegre (Adufgs Sindical).

No encontro, que contou com a participação virtual de dezenas de filiados, Romero detalhou os diversos efeitos do texto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32/2020 sobre os atuais servidores, destacando os pontos já apresentados pela Frente Servir Brasil ao deputado federal Arthur Lira (PP/AL), presidente da Câmara dos Deputados.

Da mesma forma, o assessor destacou os trabalhos que estão sendo desenvolvidos tanto em nível nacional pelos diversos colegiados que combatem a Reforma quanto pela Frente RS em Defesa do Serviço Público, que ele coordena juntamente com outras lideranças estaduais.

Na palestra, Romero também tratou do cronograma dos trabalhos da Comissão Especial onde tramita a PEC, apontando as diversas emendas apresentadas, o calendário das Audiências Públicas e o material digital de ação parlamentar que deve servir de base aos servidores na sua atuação.

## Frente Gaúcha intensifica trabalho contra PEC 32/20



A ANFIP, representada pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, participou de mais uma reunião da Frente Gaúcha em Defesa do Serviço

Público, na segunda-feira (12/7), para discutir estratégias de intensificação das atividades contra a PEC 32/20, da Reforma Administrativa.

Vilson Romero, que também é coordenador da Frente, apresentou um panorama geral sobre o cenário político de tramitação da matéria. Segundo ele, cerca de 45 emendas estão disponíveis para análise do relator, Arthur Maia Oliveira (DEM/BA), mas, infelizmente, poucos pontos deverão ser considerados, portanto, é necessária a mobilização de todos para pressionar os deputados integrantes da Comissão Especial para que defendam os direitos dos servidores e da população.

Entre as estratégias discutidas, os representantes pretendem promover audiências públicas, além de atividades conjuntas nas mídias sociais e campanhas físicas unificadas sobre o tema, para incentivar a participação a comunidade.

## Fiscos analisam propostas de Reforma Tributária

As entidades que integram o Fórum Fisco, entre elas a ANFIP, reuniram-se na quinta-feira (15/7) para analisar as propostas de Reforma Tributária que estão em discussão no Congresso Nacional. Participaram da reunião, pela ANFIP, o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Cesar Roxo Machado, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

Os representantes abordaram a Proposta de Emenda à Constituição 110/19, que extingue tributos e cria o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), e o Projeto de Lei 2337/21, recentemente enviado pelo Ministério da Economia à Câmara dos Deputados, que visa modificar a cobrança do Imposto de Renda para pessoas físicas, empresas e investimentos. Após a análise, o grupo irá preparar um material de divulgação pública.

Na oportunidade, discutiram ainda ações de modernização



e integração das administrações tributárias brasileiras e os efeitos negativos da PEC 32/20, da Reforma Administrativa, para os servidores e para a população.

## Comissão debate questões orçamentárias e organizacionais do FIT 2021

Em continuidade ao planejamento do Fórum Internacional Tributário da América Latina (FIT), a ANFIP se reuniu, na quinta-feira (15/7), com os representantes do Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Sinafresp) e da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), para acertar novos detalhes sobre a estrutura do evento, que acontece em outubro deste ano.

Ao longo da reunião, os membros da Comissão Organizadora debateram questões logísticas, relacionadas à tradução simultânea e à busca por um(a) mestre de cerimônia, bem como assuntos orçamentários e jurídicos, a fim de alinhar contratações, prestação de serviços e armazenamento de dados de acordo com todas as normas vigentes.

Pela ANFIP, participou a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, que deu importantes contribuições da área ao grupo, juntamente com o professor do Instituto de Economia da Unicamp Eduardo Fagnani, coautor do estudo “A



Reforma Tributária Necessária: Diagnósticos e Premissas”.

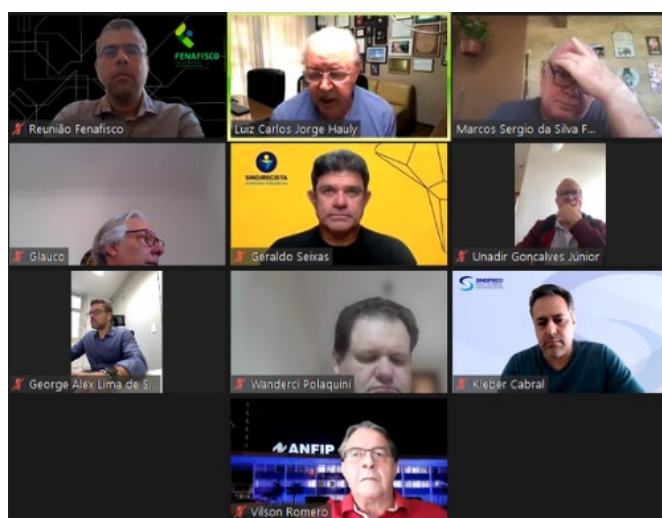
Mais informações sobre o evento podem ser conferidas no site [www.forumfit.org.br](http://www.forumfit.org.br) e acompanhadas pelas redes sociais Instagram, Facebook, Twitter, LinkedIn e YouTube. Siga agora mesmo e fique por dentro de tudo sobre o universo tributário!

## Pacto de Brasília discute andamento da PEC 110/19

Os integrantes do Pacto de Brasília, incluindo a ANFIP, reuniram-se virtualmente na segunda-feira (12/7) para dar continuidade ao alinhamento de estratégias para a Reforma Tributária.

Na reunião, que também contou com a presença do consultor do Pacto e ex-deputado federal Luiz Carlos Hauly, autor da PEC 110/2019, que trata da Reforma Tributária, as entidades explanaram sobre o andamento da referida Proposta no Senado. O ex-deputado informou que o novo relatório do senador Roberto Rocha (PSDB-MA) deve ser apresentado nesta semana.

A maior preocupação das entidades é que a PEC seja preservada em sua integralidade para possibilitar a implementação de uma reforma tributária mais justa, fraterna e solidária. Entre outras medidas de mobilização debatidas e estipuladas para garantir esta prioridade, o grupo pretende dialogar com outros senadores para solicitar apoio. “Uma PEC para ser aprovada tem que ter consenso e não é uma equação de fácil aprovação”, disse Hauly.



Pela ANFIP, participou o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

## Grupo de trabalho de Interesse de Classe aprova material para trabalho parlamentar



O grupo de trabalho de Interesse de Classe aprovou na quarta-feira (14/7) o manual de trabalho parlamentar e o guia de atuação nas redes sociais, que serão disponibilizados como forma de auxiliar na atuação conjunta contra a PEC 32/20, da Reforma Administrativa.

Participaram da reunião os vice-presidentes José Avelino da Silva Neto (Assuntos Parlamentares), José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Política de Classe e Política Salarial), Benedito Cerqueira Seba (Comunicação Social), Crésio Pereira de Freitas (Assuntos da Seguridade Social) e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

Na oportunidade, o grupo também definiu o roteiro da campanha externa que será feita para alertar a sociedade sobre os prejuízos que a Reforma Administrativa acarreta a todos.

## Nova edição do livro Análise da Seguridade Social será lançada em breve



O grupo de trabalho responsável pelos estudos e produção do livro Análise da Seguridade Social se reuniu, na quinta-feira (14/7), na sede da Associação, em Brasília, para dar continuidade à atualização e revisão dos dados e inclusão

de novas informações sobre as receitas e as despesas da Seguridade Social no ano de 2020. A previsão é que o livro seja publicado no próximo mês.

A publicação é produzida em conjunto com a Fundação ANFIP de Estudos Tributários e da Seguridade Social (Faets) e esta será a 21ª edição, que constitui uma referência no estudo detalhado do sistema de Seguridade Social brasileiro.

Participaram da reunião o coordenador do trabalho Vanderley José Maçaneiro, assessor de Estudos Socioeconômicos; Eucélia Maria Agrizzi Mergár, vice-presidente de Assuntos Fiscais; e Crésio Pereira de Freitas, vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social. Além da diretora de Assuntos Jurídicos da ANFIP-MG, Ana Lúcia Guimarães e Silva.

## Conselho Curador debate possível modernização da Fundação ANFIP



Na quarta-feira (14/7), os membros do Conselho Curador da Fundação ANFIP estiveram em reunião virtual para revisar o Relatório de Gestão da entidade e deliberar as contas referentes ao exercício de 2020.

Durante o encontro, o grupo aproveitou para debater

estratégias de modernização da Fundação, discutindo novas atividades, parcerias e cursos para levar cada vez mais inovação e qualidade aos associados da ANFIP.

Além disso, foram alinhados alguns dos preparativos para as Eleições da Fundação, que, de acordo com o Estatuto da entidade, devem ocorrer até novembro de 2021. Em consenso, os presentes optaram pela elaboração de um novo edital de convocação, cronograma e regimento eleitorais, que serão debatidos posteriormente com os demais conselheiros.

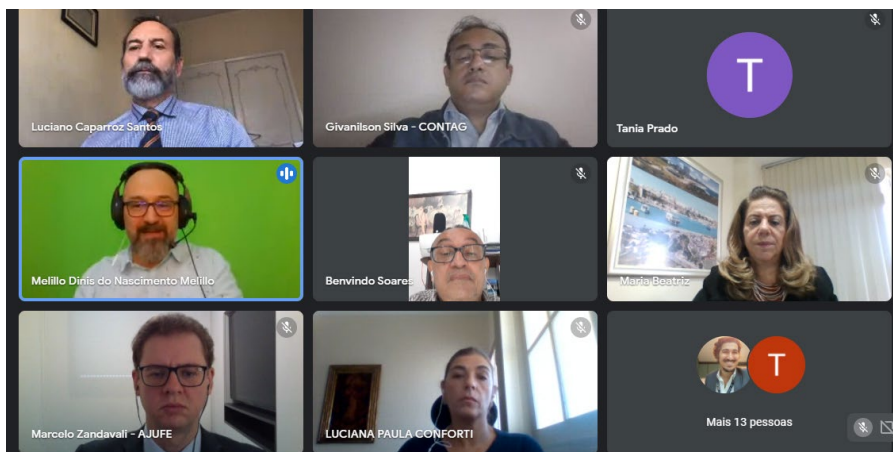
Na reunião, participaram o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes; os vice-presidentes Márcio Humberto Gheller (Executivo), José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Política de Classe e Política Salarial) e César Roxo Machado (Estudo e Assuntos Tributários); o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vanderley José Maçaneiro, e Floriano José Martins, todos membros titulares do Conselho Curador da Fundação.

## ANFIP e MCCE analisam pauta sobre sistema eleitoral

A vice-presidente de Assuntos Jurídicos da ANFIP, Maria Beatriz Fernandes Branco, participou da reunião do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), realizada na quarta-feira (14/7), a fim de analisar o atual cenário político nacional e definir ações visando a segurança e transparência das próximas eleições no Brasil, que acontecerão em 2022.

Na ocasião, os dirigentes das entidades que integram o movimento deliberaram sobre a seguinte pauta:

**Ficha Limpa:** PLP 9/2021, torna elegível o administrador público que teve contas rejeitadas por irregularidade grave, considerada dolosa (quando há a intenção), mas que recebeu apenas a pena de multa. Situação: Aprovado na Câmara e encaminhado ao Senado (ainda não há tramitação no Senado).



**GT da Reforma Legislativa Eleitoral da Câmara:** Relatório do código do processo eleitoral entregue pela relatora, deputada Margarete Coelho (PP-PI), ao presidente da Câmara em junho.

**Comissão Especial da Reforma Política da PEC 125/2011 (que veda eleições próximas a feriado):**

“Emenda”, documento protocolado pela relatora, deputada Renata Abreu (Podemos-SP); votação do Parecer da relatora, deputada Renata Abreu, dia 13/07.

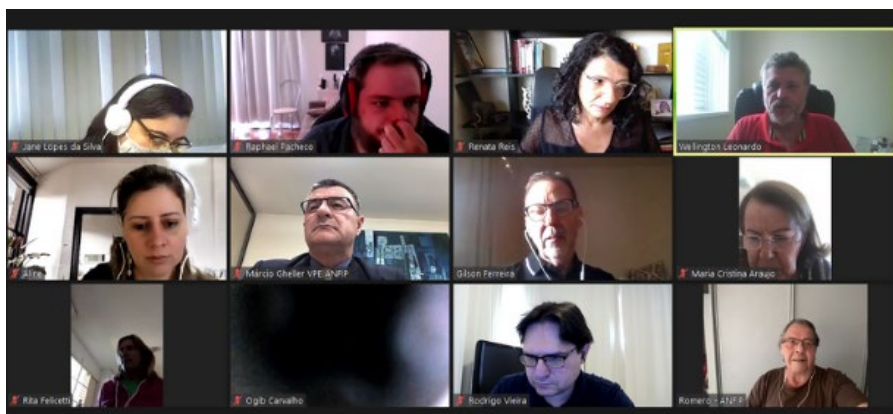
**PEC do voto impresso (PEC 135/2019):** Votação do parecer do relator, deputado Filipe Barros, à PEC 135/19, dia 15/07.

## Fórum pela Redução da Desigualdade Social atua contra insegurança alimentar

Diversas lideranças de entidades de classe e movimentos sociais participaram, na terça-feira (13/7), da reunião do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social no Brasil. Pela ANFIP, estiveram presentes o vice-presidente, Márcio Humberto Gheller, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, além da associada Rita Felicetti.

Os participantes discutiram a importância do combate à insegurança alimentar, lembrando a necessidade de sensibilização dos membros do Parlamento. Será produzida uma nota pelas entidades civis participantes, para alertá-los sobre este grave problema decorrente da pandemia e sobre a repercussão das consequências da desigualdade de distribuição de renda, além de reafirmar objetivos fundamentais da República previstos na Constituição de 1988.

Foram analisadas ainda duas



minutas de nota pública sobre a importância da distribuição do auxílio emergencial, elaboradas pelo grupo de trabalho do Fórum responsável pelo tema, e sugeridas alterações de aprimoramento do texto. O documento defende a promoção de amplo debate e aponta dados estruturais que traduzem o atual cenário socioeconômico nacional, incluindo informações sobre desemprego, extrema pobreza, fome, inflação, aumento dos juros,

estabilidade cambial e outros.

Os presentes também abordaram as ações referentes ao eixo de trabalho nº 5 do Fórum, que tem por objetivo: combater o sistema político responsável pela reprodução da desigualdade social; implementar uma reforma política; e combater toda forma de desigualdade e a opressão às minorias. O Grupo está mobilizando esforços para constituir uma frente parlamentar pela redução da desigualdade social no Brasil.

## ANFIP e FNRDS elaboram nota pública sobre auxílio emergencial



O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Wilson Antonio Romero, esteve em reunião com o grupo de trabalho do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social (FNRDS), na segunda-feira (12/7), para revisão da nota pública conjunta sobre a importância da distribuição do auxílio emergencial, pago desde abril e previsto até outubro de 2021.

O documento defende a promoção de amplo debate sobre o tema e aponta dados estruturais que traduzem o atual cenário socioeconômico nacional, incluindo informações sobre desemprego, extrema pobreza, fome, inflação, aumento dos juros, estabilidade cambial e outros. Segundo o Fórum, a

situação está caótica e a desigualdade social no Brasil vem sendo ainda mais agravada pela política econômica implementada pelo atual governo, sobretudo durante a pandemia.

**Sobre o Fórum** - O FNRDS é coordenado pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon) e, além da ANFIP, é integrado pela Auditoria Cidadã da Dívida (ACD); União Sindical dos Trabalhadores (UST); Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef); Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), entre outras entidades.

Sua atuação está estruturada em cinco eixos: mudar o atual modelo tributário, preservar os direitos sociais, manter e explorar políticas públicas de valorização do trabalho e da educação, reforçar a função social do Estado, e trabalhar pela ampliação da democracia e da participação social no combate ao sistema político responsável pela reprodução da desigualdade no país.

## Benefícios

### Aproveite o arraiá de ofertas da Chevrolet

Nesse mês de julho o Programa Amigos Chevrolet, parceiro da ANFIP, oferece bônus e descontos especiais em diversos modelos 0km. E tem mais! As ofertas também são válidas para parentes de 1º grau (pais, cônjuge e filhos).

Para mais informações, acesse [www.amigoschevrolet.com.br](http://www.amigoschevrolet.com.br) ou ligue nos ramais de atendimento (11) 4550-4179 e (11) 4550-4178.

### Descontos em clubes de vinho no ANFIP Tem +Vantagens



Gosta de vinho? Então aproveite essa oportunidade e adquira já a sua assinatura ou seu kit de vinhos selecionados nas principais redes especializadas. Mistral, Evino, Scotch House, Vino & Mare, B2 Wine e Grand Cru estão dando descontos exclusivos para os associados da ANFIP. Acesse agora mesmo a plataforma de benefícios ([AQUI](http://AQUI)) e confira!

### Conheça os benefícios previdenciários exclusivos oferecidos pela Jusprev

A ANFIP, preocupada com o futuro de seus associados, convida a todos a realizarem uma simulação com a Jusprev, uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que atua com o máximo de transparência e segurança na gestão de seus produtos.

A exemplo disso, o PlanJus, plano de Previdência Complementar disponibilizado pela entidade, oferece benefícios previdenciários completos, com taxa de administração de 0,7% ao ano, educação financeira e previdenciária personalizada, deduções de até 12% da renda anual bruta da base de cálculo do Imposto de Renda, 0% de taxa de carregamento mensal, e muito mais!

Além disso, a Jusprev garante aos associados da ANFIP coberturas de risco especiais em ocorrências decorrentes de casos de Covid-19. Por invalidez, por exemplo, é possível receber uma renda mensal, e em caso de falecimento, o beneficiário indicado continua recebendo, o que não acontece nos planos oferecidos pelo mercado financeiro, cujo benefício cessa com a fatalidade.

Ficou interessado(a)? Agende sua consulta individual 100% online com a consultora Zuleide Miranda, da ANFIP, pelo e-mail [zuleide@anfip.org.br](mailto:zuleide@anfip.org.br).

Já possui plano de previdência em algum banco? Compare as taxas e faça uma simulação agora mesmo pelo link [www.jusprev.org.br/incentivo/ANFIP](http://www.jusprev.org.br/incentivo/ANFIP).

Em caso de dúvidas, entre em contato pelos telefones 0800 052 3434 ou (041) 3252-3400.



## Live ANFIP: especialistas discutem impactos da Reforma da Previdência

A Live Série ANFIP de sexta-feira (16/7) trouxe ao debate os impactos da Reforma da Previdência na vida dos trabalhadores, um tema de atualização contínua, pois os efeitos atingem fortemente a população.

Nesta edição, o presidente Décio Bruno Lopes e o vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, receberam os convidados Luiz Legnani, secretário-geral da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap); Diego Cherulli, advogado e diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP); e Roberto de Carvalho Santos, presidente do Instituto de Estudos Previdenciários (IEPREV).

Ao abrir o debate, mediado pelo jornalista Sérgio Lerrer, o presidente da ANFIP, **Décio Lopes** afirmou que há uma grande desinformação geral quanto ao direito aos benefícios após as mudanças realizadas pela Reforma da Previdência e reforçou a importância da educação previdenciária para todos.

Décio Lopes também destacou que a Previdência Social é extremamente complexa, e não pode ser confundida com assistência social. Pois, na Previdência Social, o trabalhador tem direito ao benefício em decorrência da contribuição. “Se você contribui, o benefício não é uma benesse do governo, é um retorno pelo pagamento e contribuição que você fez”, alertou.

O vice-presidente Executivo da ANFIP, **Márcio Humberto Gheller**, levantou questões relevantes sobre os principais pontos da Reforma Previdenciária, cujas mudanças implementadas, de acordo com ele, levarão algum tempo para serem assimiladas, tanto pelo sistema quanto pelos beneficiários. Em sua fala, provocou os debatedores ao apresentar dúvidas de interesse dos associados e demais participantes sobre temas como idade mínima, cálculo de benefício, diferenças quanto ao gênero e alterações das alíquotas.

Por meio de depoimento, o **senador Paulo Paim (PT/RS)** declarou que a Previdência Social é um dos maiores instrumentos de distribuição de renda do Brasil. Segundo ele, a Reforma da Previdência trouxe inúmeros prejuízos



aos trabalhadores, ao reduzir os valores dos benefícios e dificultar o acesso à aposentaria, deixando o trabalhador vulnerável, pois a perda de renda afeta toda a família.

**Luiz Legnani**, secretário-geral da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP), fez questão de parabenizar a ANFIP pela realização do evento e pelo pioneirismo no levantamento de dados e na elaboração de estudos sobre o tema. Segundo ele, o conteúdo é indispensável para a luta em prol dos direitos dos associados aposentados e pensionistas, especialmente após as mudanças advindas da EC 103/19.

Em sua exposição, trouxe dados oficiais sobre a taxa de desemprego e dependência econômica de segurados ao benefício, que muitas vezes é utilizado, insuficientemente, para sustentar famílias inteiras. E respondeu diversos questionamentos sobre a capitalização da Previdência e modelos de aposentadoria.

De acordo com **Roberto de Carvalho Santos**, presidente do IEPREV, há grande necessidade de reposição de servidores no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e de maiores investimentos na capacitação dos atuais trabalhadores, que estão sobrecarregados com o alto fluxo de demandas durante a pandemia. Para ele, é essencial que seja otimizado o funcionamento da máquina administrativa, além da manutenção da qualidade de segurado e da valorização da advocacia previdenciária, que funcionam como instrumentos na garantia de atendimento de excelência para os aposentados e pensionistas. “A Emenda Constitucional 103/19

complicou muito a vida do segurado, porque não trouxe somente um achatamento nos valores dos benefícios, como também uma complexidade muito grande sobre as regras de acesso e de cálculo do benefício previdenciário, o que certamente exige um tratamento especializado para que esses segurados possam ter o melhor benefício possível”, concluiu.

Acerca do tema, **Diego Cherulli**, diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), opinou que o país necessitava de uma reforma da Previdência, porém, eficaz que beneficiasse o país efetivamente. “Veio a reforma com a promessa de melhorar a economia, mas a economia só tem segurança se o Estado revela segurança jurídica à sociedade, e promove confiança legítima do cidadão no Estado. E isso o Brasil vem cotidianamente destruindo”, disse.

Cherulli chamou atenção para outro projeto que está em andamento: o substitutivo do deputado Darci de Matos (PSD-SC) ao Projeto de Lei 3914/20, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), da Câmara dos Deputados, que altera os dispositivos legais referentes ao pagamento de perícias médicas judiciais. “Esse projeto de lei obriga o aposentado ou o segurado doente e incapaz, sem receber de ninguém, a pagar a perícia. Isso é uma abertura de precedentes muito perigosa para o nosso país e faz parte da Reforma da Previdência”, alertou.

O debate completo está disponível no canal da ANFIP no YouTube. Clique [AQUI](#).

## Comissão do Fonacate define estratégias de trabalho parlamentar



Para dar prosseguimento às ações contra a Reforma Administrativa, a Comissão Parlamentar do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) realizou reunião na quinta-feira (15/7). Pela ANFIP, participaram do encontro o vice-presidente de Assuntos Parlamentares,

José Avelino da Silva Neto, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

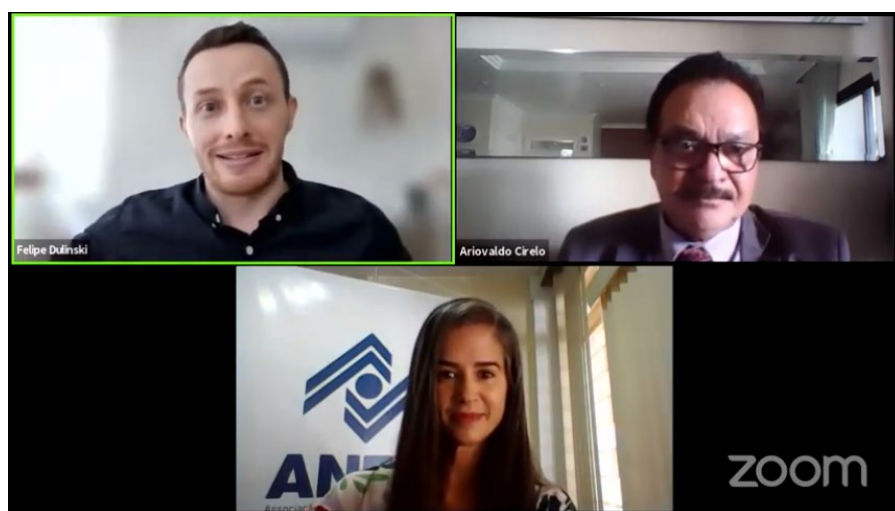
Após intensa atuação para protocolização de emendas à PEC 32/20, da Reforma Administrativa, agora o objetivo do grupo é obter apoio dos parlamentares para que o relator da

matéria, Arthur Oliveira Maia (DEM/BA), acate as modificações sugeridas, que visam minimizar os impactos negativos trazidos pela matéria para os servidores e para a sociedade.

Para isto, será realizada uma análise minuciosa de todas as emendas, e selecionadas as que abordam os temas de maior relevância para atuação, intensificando o diálogo com os parlamentares, principalmente os que integram a Comissão Especial, nos mais diversos canais de comunicação.

Também foi apresentada uma prévia da plataforma que conecta o público diretamente às redes sociais dos deputados, elaborada pela assessoria parlamentar do Fórum. Vilson Romero aproveitou a oportunidade para anunciar também o Manual de Trabalho Parlamentar e o Guia das Redes Sociais contra a PEC 32/20, criados pela ANFIP para auxiliar nas tentativas de intervenção da agenda parlamentar.

## Problemas com produtividade durante a pandemia? Webinário ensina como gerir o tempo



Em mais uma iniciativa de valorização e integração com os associados da ANFIP, foi realizada, na quinta-feira (15/7), a Live “Gestão de Tempo”, com a participação do vice-presidente de Serviços Assistenciais, Ariovaldo Cirelo, e do convidado especial Felipe Krug Dulinski,

representante da Universidade Cruzeiro do Sul, uma das conveniadas da ANFIP.

Em sua exposição, Dulinski, que é especialista renomado em gerenciamento e desenvolvimento de negócios, abordou estratégias práticas para melhor gerir o tempo, principalmente durante a pandemia, focando nos seguintes

pilares: produtividade, priorização e foco, organização e disciplina, e hábitos de alta performance.

O especialista esclareceu importantes pontos sobre como se organizar em *home office*, lidar com a procrastinação e fazer divisão de tarefas e planejamento de horários, além de ter trazido técnicas e ferramentas para ajudar na mudança de hábitos, como o *mindfulness*, mapas e modelos mentais, reparação de crenças limitantes, uso de listas e criação de uma agenda própria e otimizada para ajudar com a rotina.

Ariovaldo informou os novos serviços e parcerias disponibilizados pelo Clube de Vantagens da Entidade, que incluem instituições de ensino, planos de saúde, montadoras e farmácias de maior referência no país.

Para quem não conseguiu acompanhar o webinar em tempo real ou deseja assistir novamente o conteúdo, clique [AQUI](#).